

## O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL PELA PERSPECTIVA DO TURISMO RURAL

João Geraldo Nunes RUBELO<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Buscou-se neste artigo discutir, em breves linhas, o desenvolvimento da economia local pela perspectiva do turismo rural, através das formas de organização camponesa.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento local; turismo rural; camponês; planejamento integrado.

---

### Introdução

A globalização da economia representa uma reestruturação do sistema produtivo mundial produzindo em seu eixo polarizador, as tendências históricas do capitalismo, como concentração de poder, de riqueza e de renda e gerador de exclusão social de massas crescentes da população. Em posição a esta perspectiva, deveria prevalecer um modelo de desenvolvimento capitalista que tivesse, em primeiro plano, as dimensões sociais.

O paradigma da globalização, como um sistema em que a liberdade dos movimentos dos capitais aos poucos produz uma onda de desenvolvimento internacional, vem sendo, aos poucos, questionado pelos benefícios que o mesmo pode conferir aos países que se inseriram em sua lógica. A globalização não conseguiu resolver problemas cruciais como o desemprego, entre tantos outros como os já mencionados. Segundo Santos o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades.

---

<sup>1</sup> Geógrafo, mestre pela Unesp – Presidente Prudente-SP, Professor e Chefe de Departamento do curso de Turismo da Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba – Araçatuba – SP e Prof. do curso de turismo e Fisioterapia da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul –Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul Santa Fé do Sul - SP.

E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais (2002, p. 80). Segundo Trigo, a Europa tem 25 milhões de trabalhadores desempregados, os EUA, 9 milhões, e a ONU calcula o número de adultos desempregados ou subempregados no mundo todo em cerca de 700 milhões (2001, p. 97).

Porém, contraditoriamente a este processo em curso, um setor da economia tem apresentado mundialmente crescimento econômico expressivo em sua cadeia produtiva. Estamos falando da atividade do turismo. Mesmo em épocas de crises e de recessão econômica, o turismo tem mantido uma dinâmica relevante em comparação com outros setores da economia. Esta dinâmica está relacionada ao fato de que:

[...] a indústria turística soube responder rapidamente à crescente valorização social e política da diversidade cultural, promovendo a mercadorização do passado e da memória, reinventando tradições e lugares, convertendo o patrimônio histórico e cultural, [...] em um recurso econômico, criador de emprego e gerador de riqueza. ( FONSECA, 2001, p. 48)

Para Lage e Milone três categorias de emprego resultam do desenvolvimento da atividade do turismo:

[...] (a) empregos diretamente relacionados com a direção e o funcionamento de indústria turística; (b) empregos resultantes do desenvolvimento da indústria turística, como transportes, agricultura, bancos.;(c) empregos indiretos criados pelo turismo, que surgem derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais (2000, p. 119).

A todo esse crescimento da atividade do turismo, relatado acima, deve-se acrescentar também o mais importante: a valorização que as pessoas

começaram a fazer das atividades ligadas ao lazer, às artes e à cultura, ao meio ambiente.

Por sua vez, pode-se dizer que o mundo globalizado assiste à ascensão da economia do turismo mediante a renovação da narrativa do turismo. Essa nova narrativa será o fio condutor deste artigo, sem se distanciar dos propósitos do título do mesmo. A seguir, analisaremos sucintamente a modalidade de turismo rural e os benefícios para a economia camponesa e posteriormente os reflexos positivos que atividade pode promover na economia local, no espaço brasileiro.

## **1 O TURISMO RURAL E O CAMPESINATO**

Antes de fazermos a associação entre o camponês e o turismo rural, vemos a necessidade de se fazer um breve histórico sobre a relação de produção não-capitalista e, em seguida, definir o próprio conceito de camponês.

Uma diferença que se estabelece no modo capitalista de produção diz respeito aos diferentes tipos de relações de produção, uma vez que nem todas as relações são eminentemente capitalistas. Há aquelas que ocorrem e que são consideradas especificamente não-capitalistas, mas se produzem e se reproduzem dentro deste modo de produção. Um típico exemplo são os camponeses, conforme assinala Silveira (1990, p. 14):

[...] embora a produção não se faça com base em relações de produção especificamente capitalista, o camponês se desenvolve no modo de produção emergente na medida em que, contraditoriamente, participa do processo de acumulação capitalista. Não é correto analisarmos a produção camponesa como uma maneira de produzir pura e simplesmente, sem compreendermos a dinâmica do modo capitalista de produção como um todo.

É dentro deste processo que:

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações de produção não-capitalistas. (OLIVEIRA, 1991, p. 11)

As relações sociais não-capitalistas foram engendradas no próprio sistema capitalista, resultado da dinâmica do processo de expansão e ocupação capitalista do território brasileiro, uma vez que este:

[...] gerou o aparecimento de duas classes distintas e antagônicas, que lutam pela terra, e que se fazem presentes desde o início da colonização. De um lado, uma classe de grandes proprietários de terra que concentra em suas mãos a maior parte das terras, as quais nem sempre são destinadas à exploração, mas sim à especulação. De outro lado, uma classe camponesa que detém o controle de uma pequena parcela de terras destinadas ao trabalho. (SILVEIRA, 1990, p. 28)

Uma vez definida a relação de produção não-capitalista, passemos ao conceito de camponês, conforme expõe Silveira (1990, p. 5):

[...] torna-se difícil partir de um conceito pré-concebido de camponês, uma vez que os camponeses diferem de uma sociedade para outra, bem como dentro de uma mesma sociedade, pois ele se forma no seio de uma relação de produção em constante mudança que se transforma em função das exigências que lhes são impostas, para sua reprodução, para sua existência.

Como vimos na citação anterior, existem em uma mesma sociedade, diferentes tipos de camponeses, num mesmo espaço e, esta diferença, segundo Shanin (1980, p. 56-58) está relacionada a três tendências:

[...] diferenciação, pauperização e marginalização. [...] a diferenciação exerceu papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou, muitas vezes, uma mudança estrutural significativa [...] O que se segue é uma [...] diferenciação e proletarização da maioria, mas com um processo de pauperização expresso no fenômeno da “população excedente, do subemprego rural”. Os camponeses são marginalizados, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada.

Portanto, é essa “diferenciação” a principal causa da dificuldade em conceituar o camponês, já que este, está inserido em um sistema econômico que sofre constantes transformações, resultado da evolução da sociedade na sua forma de organização. Como a sociedade evolui, resultado também das contradições existentes entre as diferentes classes antagônicas, os camponeses também o fazem: Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia circundante que perverte suas vidas. (SHANIN, 1980, p. 58). Em alguns espaços geográficos, segundo Rubelo (2000, p. 131), a:

Pauperização dos camponeses pode conduzi-los a uma forma de organização diferenciada, já que foram marginalizados, devido não conseguirem inserir a sua produção agrícola no mercado local ou regional, de acordo com as exigências do mesmo, mas resistem, e vão se reproduzindo segundo mecanismos criados por eles.

Para Oliveira, o desenvolvimento capitalista tem criado e recriado a possibilidade histórica para a reprodução camponesa no Brasil (1991, p. 71).

Em síntese, o camponês é a personificação de um processo de trabalho não especificamente capitalista. (SANTOS, 1984, p. 21), considerando-se ainda, segundo este mesmo autor, que é possível identificar 9 elementos que caracterizam a unidade de produção camponesa. Estes elementos correspondem: à força de trabalho familiar; à propriedade da terra e dos meios de produção; às práticas de ajuda mútua; ao trabalho acessório do camponês; à força de trabalho assalariado; à socialização do camponês; à jornada de trabalho e à reprodução simples da produção camponesa.

O turismo rural, como atividade organizada, é uma modalidade ainda relativamente nova no Brasil quando comparada a outras, como ecoturismo e turismo litorâneo. Rodrigues, referindo-se às origens do turismo rural no Brasil, faz as seguintes considerações:

[...] Com o rótulo de turismo rural, [...], sabe-se que as primeiras iniciativas oficiais [...] ocorreram no município de Lages, localizado no planalto catarinense, na fazenda Pedras Brancas. Em 1986, a fazenda propôs a acolher visitantes para passar 'um dia de campo'. Oferecendo pernoite e participação nas lidas do campo, são consideradas pioneiras também a fazenda do Barreiro e a fazenda Boqueirão (2000, p. 51).

A partir deste período, esta modalidade, de forma lenta e gradual, começou a ganhar espaço no Brasil, aproveitando-se dos atrativos das paisagens construídas ao longo do processo de ocupação do território brasileiro, como aquelas localizadas no Vale do Paraíba, do sudeste de Minas Gerais entre outras regiões.

O perfil sócio-econômico das pessoas que procuram nesta modalidade de turismo está relacionado a famílias com rendimentos relativamente elevados e grupos sócio-profissionais com relativo destaque

social, como comerciantes, empresários e profissionais técnicos ou científicos superiores (SIRGADO, 2001)

As atividades turísticas no meio rural vêm, nos últimos anos, ganhando destaque no mundo acadêmico pela importância enquanto opção de turismo e de geração de renda através da geração de empregos, dinamizando as economias locais. Há ainda, uma preocupação do meio acadêmico em definir o próprio conceito de turismo rural. Apresentamos, a seguir, três definições para o turismo rural:

Segundo a Embratur, entende-se por turismo rural:

o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (1999, p. 18).

Para Rodrigues, o turismo rural:

estaria correlacionado a atividades agrárias passadas e presentes que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural, diferenciando-se das áreas cuja marca persistente é o seu grau de naturalidade, relativo a ecossistemas ricos em biodiversidade (2000, p. 51).

Contudo, Sirgado estabelece que:

O próprio conceito de turismo rural tem no Brasil um sentido mais abrangente, envolvendo a fruição dos recursos rurais e as atividades desportivas e ecológicas, bem como a dimensão relativamente intangível da cultura e do modo de vida das comunidades rurais e/ou de montanha (1999, p. 349).

Os camponeses podem recorrer ao turismo rural como atividade

que gera renda complementar, de várias maneiras: pode-se agregar a esta atividade as características socioculturais e ambientais da região, além da produção agropecuária como atividade própria do meio rural, oferecendo opção de lazer, entretenimento e turismo. Em muitas localidades os camponeses, por falta de uma política de incentivo para o desenvolvimento do turismo rural, desperdiçam aquilo que possuem de melhor para oferecer aos turistas. Trata-se das tradições e costumes de seus moradores e o fato dos turistas poderem participar das atividades produtivas da unidade campesina, especificidades estas que são os diferenciais, e que irão promover e desenvolver a atividade turística no meio rural.

A importância que este diferencial pode representar para o turismo rural e um resgate e valorização do camponês, é expressa por Souza, nos seguintes termos:

Elementos da cultura local são um forte atrativo. Há propriedades onde se pode saborear um delicioso café colonial dentro da casa do proprietário. A hospitalidade e a liberdade oferecida ao turista o deixam seguro e bem a vontade para desfrutar todos os seus momentos da estada na localidade. Participar das manifestações culturais da população local [...], faz com que o turista conheça e valorize outras culturas. Isso promove a preservação das raízes daquela população. O turista cria novos conceitos de valores, o produtor supre seu isolamento social e a comunidade resgata importantes elementos da cultura local (2000, p. 231).

Devemos reconhecer, portanto, a importância que a economia camponesa pode desempenhar na atividade do turismo rural. Essa importância está materializada nas manifestações culturais e religiosas, como são os momentos de realização de festas e feiras tradicionais.



## **2 O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Compreender o turismo em sua manifestação na modalidade rural e demonstrar a sua importância para a economia camponesa foram necessárias para que se pudesse, a partir de agora, associá-lo ao papel que o mesmo pode assumir para o desenvolvimento local, conforme destaca Tulik os argumentos em favor do turismo rural consideram que o potencial turístico das áreas rurais estimula a economia local, lembrando ainda que:

As soluções para os problemas do meio rural já não recaem somente sobre políticas dirigidas às atividades agrícolas, mas também faz se necessária uma política que apóie todas as atividades produtivas, agrícolas e não-agrícolas, que de alguma forma contribuam para aumentar a renda e melhorar as condições de vida da população rural. (ELESBÃO e ALMEIDA, 2000, p. 235)

Diante do exposto, fica claro que para o turismo rural desenvolver-se em certas localidades, deve haver políticas dirigidas a este setor. Porém, há a necessidade do desenvolvimento de modelos de planejamento local adequados à sua realidade, em que se valorize a participação e capacidade da comunidade local, mas isso só será possível se essa população participar ativa, e não passivamente do processo de elaboração da política, e mais, a mesma precisa estar disposta e susceptível a tal realização. O ato de ignorar os elementos culturais importantes instrumento de afirmação das identidades e um elemento de formação da cidadania, locais no planejamento e desenvolvimento das atividades turísticas, poderá acarretado no fracasso de tais propostas. Também devem ser considerados o interesse regional e as realidades dos grupos econômicos que atuam em suas respectivas áreas. pois:

Experiências nacionais e internacionais, entretanto, mostram que

o espectro do turismo rural tem uma amplitude muito maior, que ultrapassa a idéia de lucro puro e simples. Isso acontece não só quando o poder público cria ou apóia políticas integradas de desenvolvimento, mas também quando os empreendedores se unem em associações, ou quando ambos (empreendedores e poder público) elaboram estratégias conjuntas para desenvolver o turismo rural. A preocupação social que permeia tais iniciativas é um dos mais sensíveis benefícios dessa modalidade de turismo. (TULIK, 2000, p. 63)

Um planejamento local adequado traz, obviamente, vantagens para ambas as partes envolvidas, e, por extensão, ao turista, a quem poderá se beneficiar da riqueza cultural desse segmento da sociedade, sem que haja uma mudança de padrões de comportamento. Dessa maneira, a vivência entre diferentes culturas, do visitante e visitado, é fonte riquíssima e inesgotável do desenvolvimento social. O seu processo de desenvolvimento gera aprendizado e cria emprego.

É claro que a viabilização da participação da população local no processo de elaboração do planejamento só é válida se houver interesse por parte dos governantes nas diferentes escalas de abrangência. Elaborar políticas de fomento sem participação dos envolvidos, torna-se pouco produtiva. Neste particular passaremos a discutir, a seguir, a ação do governo federal na elaboração da política dirigida especificamente aos camponeses.

A definição de uma política agrícola voltada para a agricultura camponesa, surgiu em 28 de julho de 1996, através do Decreto Presidencial n.º 1.946, que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através da Secretaria da Agricultura Familiar, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Este programa trata-se de uma:

pestratégia de parceria entres eles [camponeses]<sup>7</sup>, governos [...] e iniciativa privada na aplicação de recursos, destinados também à melhoria da qualidade de vida, ao aprimoramento profissional, à adoção de tecnologia, à adequação e implantação de infra-

estrutura e outros objetivos. (VEIGA, 1998, p. 31)

Uma das ações do Pronaf é o Projeto de Desenvolvimento do Turismo e do Artesanato, que tem como objetivo contribuir para a diversificação dos serviços e atividades produtivas de base familiar, por meio de ações que incentivem e apoiem os setores artesanais e turismo rural no âmbito dos projetos de fortalecimento da agricultura camponesa.

Contudo, as políticas agrícolas elaboradas pelo governo direcionadas aos camponeses, exemplo do Pronaf, por si só não resolverá o problema do qual este segmento padece. Muito há que ser feito ainda, a começar pela elaboração de uma política agrícola clara para este setor, pois em todos os países desenvolvidos, a agricultura camponesa tem relativa importância sócio-econômica e política muito maior que a agricultura patronal, em que a exploração do trabalho assalariado se faz presente nas relações.

Todavia, não se pode esperar do Estado uma política agrícola para sanar o problema da agricultura camponesa, já que este é comandado por setores capitalistas, conforme a interpretação de Hespanhol:

o Estado não é um agente neutro; via de regra, coloca-se a serviço de interesses específicos, especialmente nos países subdesenvolvidos. Com isso a sua ação acaba se dando mais para complementar e maximizar os lucros do capital privado do que para corrigir as distorções geradas pela evolução do modo de produção capitalista, conforme enfatiza a maioria dos autores vinculados ao materialismo histórico e dialético (1996, p. 236).

O Pronaf, ao ser criado pelo Governo Federal, apresentou-se, a princípio, como uma solução para sanar as dificuldades deste segmento da sociedade, mas com o decorrer do tempo, mostrou-se incapaz para tal problema, uma vez que, para ser beneficiado por ele, o camponês é submetido ao um longo processo burocrático e até mesmo porque a soma destinada

pelo Governo Federal para realizar tal financiamento é pequena. Diante de tamanha burocracia, muitos camponeses acabam por desistir.

Uma vez concretizados os objetivos do Pronaf e do Projeto de Desenvolvimento do Turismo e do Artesanato no turismo rural, poderia perceber com clareza os benefícios econômicos que o mesmo traria aos camponeses e à economia local, tais como: estímulo ao desenvolvimento das áreas estagnadas ou deprimidas economicamente; elevação no nível de renda nos estabelecimentos rurais em que a atividade turística se fizer presente, através da complementação da mesma; geração de empregos temporários na alta temporada; geração de empregos indiretos, proporcionando maior movimentação do comércio local; melhoria no padrão de vida, portanto, formar-se-iam verdadeiros “nichos” de mercado, e acima de tudo, a fixação do homem no espaço rural, evitando assim o êxodo rural, processo este que tem gerado grandes problemas para a sociedade e, por fim, a própria formação e qualificação da mão-de-obra.

Além destes benefícios, acrescenta-se um outro, talvez o mais importante, segundo o ponto de vista de Brasil & Oliveira, o fato de eliminar o intermediário e a possibilidade da venda de seus produtos in natura:

o turismo rural propicia o contato direto do produtor com o consumidor final, que consegue vender, além da hospedagem e/ou permanência, seus produtos in natura (frutas, ovos, verduras etc.) ou beneficiados (compotas, bolos, queijos etc.). Assim, conseguem-se alcançar preços melhores para os dois da transação, sendo mais rentável para o produtor, que agrega um valor “natural, fresco e puro” ao produto, e mais barato e saudável para o consumidor, que evita pagar o lucro de intermediários (2000, p. 47).

Para Rubelo, não é somente o intermediário que expropria o camponês na comercialização de seu produto, outros agentes também devem ser mencionados:

Se a produção agrícola fosse colocada diretamente no mercado pelo próprio produtor, eliminando a figura do intermediário, este com certeza teria uma maior participação nos lucros; dissemos uma maior participação, porque não é somente o intermediário que expropria o camponês: ocorre também uma expropriação por parte do comércio e das grandes indústrias (2000, p. 145).

Imaginar que o camponês, em momento algum da sua produção, não será expropriado, é pura ingenuidade, como ficou claro nas citações anteriores. Dessa forma, inseri-lo na atividade de turismo rural pode, em alguns casos, representar, a este, uma melhoria na qualidade de vida do mesmo. Essa melhoria materializa-se no fato de agregar valor econômico, aos produtos não industrializados, que serão comercializados e por extensão promover o desenvolvimento local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição apresentada traz à tona os benefícios que a atividade do turismo rural pode oferecer à economia local e aos próprios camponeses. Mas para que isto se concretize, há a necessidade de um compromisso político-social por parte dos governantes nas diversas esferas: federal, estadual e local, através do planejamento integrado, respeitando as especificidades das localidades, através do reconhecimento da importância da dimensão local nos processos de desenvolvimento e da valorização da diversidade cultural. Além do mais, vale ressaltar que os benefícios aqui elencados são apenas alguns elementos pensados neste momento, entretanto, estudos mais aprofundados poderão revelar outros benefícios que esta modalidade de turismo é capaz de proporcionar àqueles que se inserirem dentro de sua lógica, através da melhoria da qualidade de vida da população local.

RUBELO, João Geraldo Nunes. The development of local economy from the perspective of rural tourism. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v.5, n.5, p.115-129 mar. 2003.

Econ. Pesqui. Araçatuba v.5, n.5, p. 115-129, Mar. 2003

**Abstract:** It was searched in this article to discuss, briefly the development of local economy the perspective of rural tourism through the forms of rural organization.

**Keywords:** Local development; rural tourism; peasant; integrated planning

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Hildemar Silva; OLIVEIRA, Cássio Garklins de Souza. Avaliação econômica do empreendimento de turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000, Piracicaba. Anais...Piracicaba: FEALQ, 2000. p.41-59.

BRASIL. Ministério dos Esportes e Turismo. Embratur. **Estratégias para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília: Embratur, 1999.

ELESBÃO, Ivo; ALMEIDA, Joaquim A. O turismo rural como dinamizador da economia local: a experiência de São Martinho, S.C. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000, Piracicaba. Anais...Piracicaba: FEALQ, 2000. p.233-238.

FONSECA, Maria Lucinda. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balatreri (org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 47-68.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP**. 1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: \_\_\_\_\_. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 117 - 131.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RODRIGUES, Adyr Balatreri. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Edusc, 2000. p.51-68.

Econ. Pesqui. Araçatuba v.5, n.5, p.115-129, Mar. 2003

- RUBELO, João Geraldo Nunes. **A produção camponesa no município de Jales** – SP. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalhado camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação -o velho e o novo em uma discussão Marxista. Petrópolis: Estudos Cebrap, 1980. N.º 26.
- SILVEIRA, Fátima Rotundo da. **A recriação capitalista do campesinato**: os camponeses na região de Presidente Prudente. 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- SIRGADO, J. R. Espaço turístico e desenvolvimento no cone leste paulista (Brasil): uma prospectiva sobre inovação e sustentabilidade. In: CAVACO, C. (Org.) **Desenvolvimento rural**: desafios e utopia. Lisboa: **Centro de Estudos Geográficos**, Universidade de Lisboa, 1999. p. 341-366.
- \_\_\_\_\_. Espaço turístico e desenvolvimento no cone leste paulista. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org.) **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 69-98.
- SOUZA, Mauro Caetano. Turismo rural: concepção e aproveitamento na região paranaense dos Campos Gerais de uma atividade em crescente desenvolvimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000, Piracicaba. Anais...Piracicaba: FEALQ, 2000. p.29-231.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo. 5. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- TULIK, Olga. Estratégias de desenvolvimento do turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000, Piracicaba. Anais... Piracicaba: FEALQ, 2000. p.61-68.
- VEIGA, José da. A tímida política agrária. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 24, n. 141, p 26-31, ago. 1998.